

A memória dos escândalos

ESTADO DE SÃO PAULO

O leitor Luiz Del Nero Netto pediu-me que levantasse o problema da memória dos escândalos, pois sua sensação é de que, depois de muito auê, eles desaparecem do noticiário, parecendo que tudo deu em nada ou terminou em pizza e marmelada. De fato, há agora esse escândalo dos precatórios dominando o noticiário, mas vários outros também vieram à luz, para, logo em seguida, adentrar a escuridão, deixando no ar a sensação de impunidade. Para não ir muito longe no passado, vale lembrar os escândalos do governo Collor, nos quais se destacou a figura de PC Farias. Este até que passou pela prisão, ainda que por um período breve relativamente à longa lista de acusações que recebeu. Terminou como arquivo morto, no sentido literal da expressão. Mas, se levantou dinheiro irregularmente, houve quem lho desse, e para estes não sobrou nada.

E não é difícil recordar outros casos que vieram à tona. Num passado ainda próximo, houve o dos desfalques no INSS, o dos anões do Orçamento, o do Sivam, o da pasta cor-de-rosa, o das importações de Israel feitas pelo Estado de São Paulo, o do massacre na Casa de Detenção, o da hemodiálise em Pernambuco, o dos asilos do Rio de Janeiro e os dos Bancos Nacional, Econômico e Banespa, entre outros que receberam, ainda que por momentos, grande atenção da imprensa. E continuam surgindo mais, até mesmo letais, como esse dos bebês de Campinas e o que vem de ser revelado, dos desmandos da PM em Diadema.

Ao tratar desses assuntos, a mídia faz um estardalhaço muito grande, mas, depois, não se sabe se o assunto cansa, se esgota ou



Não iremos para a frente se não melhorarmos as instituições do País

deixa de ser a novidade que atrai grande interesse. O resultado é que os escândalos acabam sumindo do noticiário. E os leitores, ouvintes e telespectadores ficam entre perplexos, desiludidos, inconformados e revoltados, achando que não foi feita justiça. Não iremos para a frente se não melhorarmos as instituições do País e se não aumentar a confiança que os cidadãos nelas depositam.

Pode estar faltando santo, mas pode também estar faltando fé, por falta de informações ou por informações erradas quanto ao credo. Com respeito ao risco destas últimas, na segunda-feira, escrevendo neste espaço (*Escravos da vaidade*), o jornalista Gaudêncio Torquato, com muita propriedade, mostrou, tomando como exemplo esse caso dos precatórios, que políticos, juizes e jornalistas, movidos pela vaidade, estão se excusando ao usar "expedientes para

fazer prevalecer o 'opinionismo' sobre a verdade dos fatos, conclusões sobre matérias ainda em andamento, inferências e julgamentos feitos de modo irresponsável".

Não é a primeira vez que isso acontece. Assim, seria de bom tom se a mídia fizesse periodicamente o inventário dos escândalos, mostrando no que deram ou no que não eram, até para se redimir de eventuais falhas. Às vezes sai um retrospecto aqui e ali, mas é preciso que sejam mais abrangentes e costumeiros. É possível que muitos casos nem merecessem o título de escândalos, pois há também fumaça sem fogo. De qualquer forma, se o interesse da mídia coincide mesmo com o da clientela das notícias, esta quer saber o final da história, sempre. Os jornalistas vivem muito do dia-a-dia e muitos não têm sequer o hábito ou o tempo necessário para pesquisar fatos ocorridos ou que estão passando por processos rotineiros. Preferem os "furos" de reportagem e antecipar fatos, mas sua clientela quer saber também se esses "furos" não estavam "furados" e o que se passou na sequência.

Ainda que leigo no assunto, per-

cebo que os processos legais passem, necessariamente, por várias etapas. Alguns se iniciam com a instauração de inquérito civil ou penal, com a conseqüente denúncia a ser formulada ou não pelo Ministério Público, por iniciativa de outras instituições — como uma CPI — ou, ainda, entre outros, pela eventual instauração de processo pelo Poder Judiciário, quando acionado juridicamente, o qual, obedecendo a todos os princípios, requisitos e fases processuais, chegará afinal a julgamento. Sabemos não ser fácil acompanhar tudo, mas isso seria indispensável para afastar essa sensação de que nada ocorre, cobrando, ademais, dos seus responsáveis o andamento dos casos. No caso do INSS houve punição, no de PC Farias, também. Mas insisto em que o desfecho pode não ser como o desses, e é importante apresentar também os inocentados, com a mesma ênfase utilizada quando da acusação.

Por outro lado, mesmo que não se trate de punição no sentido penal, civil ou fiscal, há casos que podem ser ao menos atribuídos à irresponsabilidade política, como o da quebra de bancos estaduais e o desvio dos precatórios para outras finalidades. Mesmo assim, seria bom e aconselhável que seus responsáveis fossem identificados nesse inventário, pois, ficando clara essa responsabilidade, isso dificultaria o retorno deles ao cenário político, como candidatos a isso ou àquilo.

Pode estar faltando fé, pode estar faltando santo e podem estar sobrando capetas, mas, no meio dessa confusão toda, o que está faltando, também, é essa memória dos escândalos, para identificar melhor o seus enredos, os seus personagens e como a coisa terminou ou ainda prossegue.



■ Roberto Macedo, economista formado pela USP, com mestrado e doutorado pela Universidade de Harvard (EUA), é professor e consultor